

Parecer orçamentário aprovado por unanimidade

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou ontem por unanimidade o parecer do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), ressalvados os destaques. Somente a liderança do governo foi responsável por cerca de 400 dos 1.147 destaques apresentados, boa parte dos quais jogando para discussão e votação em separado a rolagem das dívidas externas dos estados.

O presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), considerou a aprovação uma vitória. Foi, para ele, o sepultamento da polêmica jurídica em torno da terceira mensagem orçamentária do governo. O governo queria que sua última mensagem fosse entendida como substitutiva das anteriores, enquanto a comissão tratou-a como simples emenda, aproveitando-se o relator de números contidos nela e do projeto original enviado ao Congresso.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, garante que seu partido não aprovará o projeto de orçamento da União na forma prevista no relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Depois de admitir que estava disposto a negociar, queixando-se de que não houve conversas entre os líderes e o governo para elaboração do projeto, José Lourenço foi taxativo: "Este é o orçamento do PMDB, e não uma proposta orçamentária para a nação."

A maior queixa do líder está no fato de que, pelo relatório, os estados não vão honrar totalmente os compromissos assumidos com credores estrangeiros, o que recairá sobre a União, uma vez que o governo federal avalizou estes débitos. "A dívida dos estados deve ser paga da mesma forma que a União paga a sua. Cada estado deve pagar o serviço da sua dívida, já que ninguém está discutindo o principal", defende Lourenço.

O deputado Cid Carvalho saiu da reunião em que se aprovou o parecer para a casa do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Durante o almoço, Ulysses se comprometeu a contactar os governadores, relatar as últimas negociações e levar um retorno para a Comissão.

O deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), primeiro vice-líder do PMDB e membro da Comissão, recebeu a incumbência de articular as conversas sobre a rolagem e foi nomeado representante da presidência da Comissão para uma reunião ainda ontem com os secretários de Fazenda estaduais, que estão em Brasília. Também o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), foi mobilizado para manter negociações com membros do governo e do Congresso. "A comissão não quer o confronto", afirmou Cid Carvalho.

Significativamente, o presidente da Comissão destacava que a função de

Genebaldo Corrêa era fazer ver aos secretários de Fazenda que era preciso negociar. A pena para o fracasso seria a obstrução dos trabalhos com o processo de discussão dos destaques. "Se não entregarmos a matéria votada ao plenário do Congresso em dois ou três dias haverá dano (político) para a comissão", avalia seu presidente.

O início da votação dos destaques estava marcado para a noite de ontem. À tarde, em reuniões informais, membros da comissão e representantes da bancada governista tentavam chegar a um acordo.

José Lourenço levou sua tese ao presidente José Sarney, a quem garantiu que o governo pode não ter cacife suficiente para aprovar sua proposta no Congresso, mas que, sem dúvida, tem força para barrar esta proposta do PMDB. Segundo o líder, o presidente considerou "ética e moral", sua proposta de tratamento igualitário para as dívidas dos estados e da União.

Na opinião de Lourenço, o impasse se dá porque todos são contra o déficit público, mas, na hora de combatê-lo, só querem fazê-lo com o sacrifício alheio. "A votar um orçamento ruim, prefiro que não vote nenhum", diz o líder. Lourenço lembra que se o Congresso entrar em 1989 sem uma proposta aprovada, funcionará o orçamento anterior, com medidas provisórias baixadas pelo governo para fazer as correções.